

Brasil disposto a pagar juros para obter acordo com credores

BRASÍLIA — O Governo está disposto a pagar integralmente os juros que vencem no primeiro trimestre do ano — ou o equivalente a 40% dos compromissos de todo o semestre — dentro de um cronograma que visa a obter melhores condições dos bancos, com o objetivo de assegurar um acordo rápido com os credores. Nessa estratégia, em que considera ser vital assumir a ofensiva, o Governo admite até mesmo arriscar um terço das reservas cambiais do País, estimadas em US\$ 3,7 bilhões, lance considerado temerário por políticos do PMDB que, no entanto, não conseguem que o partido, dividido, imponha qualquer restrição à iniciativa.

O plano foi concebido pelo Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que ontem embarcou para os Estados Unidos para contatos oficiais em Washington e com os credores, em Nova York. Ele está convencido de que o Brasil vinha sustentando uma posição ingênua na mesa de negociações, desconhecendo que o mercado financeiro internacional não obedece à vontade política dos países devedores, mesmo que seja a do maior deles



Mailson: a estratégia é pagar

— o Brasil. Mailson deseja marcar esse novo processo com uma visão mais profissional e pragmática, certo de que mudanças significativas na ordem econômica internacional não serão possíveis a curto prazo.

Antes de reatar com os credores, o Ministro da Fazenda teve uma prova definitiva da opinião desse assessor: mal assumiu, os bancos começaram a cobrar a regularização dos pagamentos de janeiro, como alegavam que haviam combinado com o ex-negociador oficial, Fernão Bracher. O problema é que o Comitê Assessor da Dívida, na pressa para obter o desembolso do empréstimo-ponte de US\$ 1 bilhão fechado no ano passado, vendeu aos demais cem bancos que o subscreveram, a idéia da regularização dos pagamentos. O desentendimento poderia resultar na reclassificação dos créditos brasileiros a curtíssimo prazo.

Para superar essas dificuldades, o Ministro da Fazenda teve como aliado o Secretário do Tesouro, James Baker, que reaproximou os dois lados e passou cerca de duas semanas comunicando-se pelo telefone sistematicamente com Mailson. Antes de Baker assumir o papel de padrinho do acordo, as conversas entre banqueiros e a missão brasileira atingiram um ponto tão crítico que prati-

camente se limitavam a destratar um ao outro na mesa de negociações.

O Governo resolveu mudar de atitude a partir do seguinte raciocínio: se resolvesse fazer um gesto de boa vontade, pagando voluntariamente 40% dos juros de janeiro, se anteciparia à proposta dos bancos, que fatalmente levaria a um novo acordo provisório, que não interessa ao Brasil. Assim, partiria imediatamente para um acordo de médio prazo, com os mesmos custos. Por uma razão simples: se aceitasse novo arranjo provisório, pagaria, da mesma forma, 40% dos juros no período, de cerca de três meses, que os bancos levariam para fazer o desembolso dos recursos.

Apesar de os bancos, nove dias após essa estratégia ter sido colocada em prática, terem respondido com uma proposta bem aquém das expectativas brasileiras, o Ministro Mailson da Nóbrega acha que sua viagem aos Estados Unidos reverterá completamente o quadro. Ele é o funcionário brasileiro mais otimista do momento.